

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 992/XIII/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO MEDIDAS QUE PONHAM FIM À POLUIÇÃO DA RIBEIRA DA BOA ÁGUA E OBRIGUEM À DESLOCALIZAÇÃO DA PRINCIPAL UNIDADE FABRIL POLUENTE

A ribeira da Boa Água é um afluente do rio Almonda que por sua vez desagua no rio Tejo. Trata-se de uma ribeira importante no contexto da Bacia Hidrográfica do Almonda. As descargas poluidoras constantes que sofre são um atentado à qualidade de vida das populações, ao Rio Almonda, tendo impacto em toda a zona envolvente, incluindo a reserva Natural do Paúl do Boquilobo, que integra a rede Mundial de reservas da Biosfera da UNESCO.

A poluição desta ribeira, que atravessa duas freguesias do concelho de Torres Novas, não é um problema novo. Há muitos anos que as populações se queixam dos insuportáveis maus-cheiros, que, literalmente, impedem que se abram janelas em pleno verão. A situação tem vindo a degradar-se e chegou a um ponto onde se exigem medidas que invertam este perigoso ciclo de poluição que prejudica a saúde, o ambiente, os recursos naturais, a economia, o emprego e a imagem de todo um concelho, pondo em causa o seu desenvolvimento.

O problema não é novo e as várias fontes poluidoras estão identificadas, sendo que a empresa Fabrióleo é o principal poluidor, estando instalada junto das habitações da localidade de Carreiro da Areia. Depois de dezenas de fiscalizações, centenas de análises cujos valores são assustadores (centenas e milhares de vezes acima do legalmente

estipulado), centenas de queixas às autoridades competentes, muitas e muitas reuniões, muito pouco foi feito.

Os órgãos autárquicos de Torres Novas – Câmara e Assembleia Municipal, em Dezembro de 2015 recusaram a atribuição de uma Declaração de Interesse Municipal (DIM), por unanimidade, para a regularização do estabelecimento industrial Fabrióleo, identificada como a principal fonte poluidora da Ribeira da Boa Água.

É tempo de agir e de dar uma resposta positiva a todos os peticionários e peticionárias que se dirigiram à Assembleia da República, num apelo para que se tomem medidas efetivas que lhes devolvam a sua qualidade de vida e garantam a sua saúde.

A petição n.º 218/XII/XIII/2.^a “Salvemos a Ribeira da Boa Água!” reuniu 5.700 assinaturas, atestando a evidência do problema e a indignação popular para com a poluição a que a ribeira está submetida. Os peticionários pedem que se faça cumprir a garantia constitucional do Estado “defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais” e de “prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos”. Solicitam ainda o cumprimento dos preceitos legais no sentido de prevenir e controlar as ameaças e agressões ao ambiente.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda acolhe as preocupações e reivindicações dos peticionários/as e apresenta o presente projeto de resolução para garantir a o fim da poluição da Ribeira da Boa Água.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

1. Que promova a articulação de todas as entidades envolvidas, na defesa do ambiente e no licenciamento de unidades industriais para, em conjunto, trabalharem no sentido do encerramento e conseqüente deslocalização da empresa Fabrióleo, para um local adequado para a sua laboração e que obrigue esta empresa ao cumprimento das boas práticas ambientais, ao cumprimento da lei e das normas estabelecidas;
2. Que tome as medidas necessárias para que as autoridades de saúde pública façam uma avaliação dos impactos da poluição na saúde das populações do Carreiro da Areia, Meia Via e Nicho de Riachos;

3. Que zele pelo cumprimento da lei, não permitindo que os prevaricadores continuem a ignorar todas as medidas sancionatórias que lhe são aplicadas.

Assembleia da República, 14 de julho de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,